

Entrevista Estado da Nação **Teodora Cardoso**

 Aos domingos no DN e na TSF
(transmissão entre as 11.00 e as 12.00)

"Não há nenhum apoio financeiro que não tenha condicionalidade. Isso não vale a pena imaginar. Essa condicionalidade pode ser mais forte ou menos forte, mas existe, e portanto o programa cautelar tê-la-á. Em minha opinião, precisamente porque esse programa não existe e nem sequer tem um modelo bem definido, devíamos ser nós a propor um programa de ajustamento (...) Mesmo no caso do programa cautelar! Só não será necessário se nos pusermos na posição de que esse programa seja algo imposto: 'Agora façam isto, cumpram.' Ai o Governo põe-se na posição de 'estamos a fazer porque nos mandaram'. Assim não é preciso consenso..."

“Qualquer novo programa deverá ser proposto pelo Governo português”



JOÃO MARCELINO



PAULO BALDAIA

Teodora Cardoso já trabalhou para o Banco de Portugal. Já chefiou o grupo técnico de negociações dos acordos de estabilização com o FMI, em 1984/1985. Agora preside ao Conselho das Finanças Públicas, e a sua voz é há muito escutada com atenção pelos agentes políticos e económicos. Para esta conversa, e correspondendo ao desafio que lançamos nesta série de entrevistas, escolheu abordar a avaliação do programa da *troika* e as lições a tirar, o desempenho da economia em 2014 e a reforma do Estado. Tudo em linguagem macro porque é aí que se concentra, ou seja, na alteração das condições que podem sustentar uma economia mais ágil e competitiva. Como o País precisa como de pão para a boca.

Um dos temas que escolheu para esta entrevista é a avaliação do programa da *troika* e as lições a tirar. Que lições são essas?

São várias e fazem parte do último texto que o Conselho das Finanças Públicas publicou, pre-

cisamente como apreciação da proposta de Orçamento do Estado (OE). Uma dessas lições é o risco do otimismo das previsões. Sempre foi habitual, não foi uma novidade, mas a *troika* também aderiu a esse princípio e isso levou a que o programa tivesse um percurso mais acidentado, porque se começa com um conjunto de medidas que supostamente vão conduzir a determinados resultados e depois verifica-se que as previsões foram otimistas e vão ser necessárias mais medidas para atingir os mesmos resultados, e isto repete-se várias vezes.

E tem um efeito na opinião pública...
Nós, os economistas, falamos mais do efeito nas expectativas. As pessoas, que esperam que determinadas medidas atinjam os resultados e depois se volte a uma espécie de normalidade, começam a ter menos confiança nessas medidas e a aceitá-las menos bem.

Essa é a primeira lição. Quais são as outras?

Uma outra, também paralela a esta e igualmente importante, é a necessidade de em todas as políticas económicas, não só no programa mas em geral e, em particular, no Orçamento, se olhar para o futuro. Não se fazer políticas apenas de curto prazo. No caso do programa, isto é especialmente importante porque

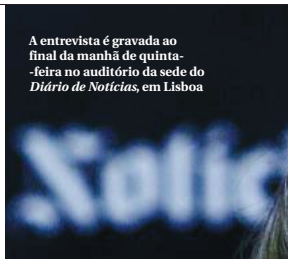
as medidas de austeridade que foram adotadas são política socialmente difíceis para serem compreendidas e produzirem efeito. Devem ser acompanhadas de uma perspectiva em que se perceba para onde é que conduzem no futuro. Temos a tradição de fazer políticas muito viradas para o curto prazo e de ficarmos por aí, o que também ajudou a tornar o cumprimento do programa mais difícil. Há medidas que no curto prazo tinham de ser temporárias. Por exemplo, as adaptações que são necessárias na administração pública: todos temos consciência de que a administração pública precisa de uma reforma em profundidade, precisa de reduzir custos, de ser mais eficiente, eu diria essencialmente, e isso não se consegue em três meses, nem sequer num ano. Num período muito curto, os cortes nos salários eram provavelmente a única possibilidade, mas deviam ter imediatamente sido acompanhados de medidas de reestruturação dos serviços públicos e de reforma que criassem, por um lado, a tal perspectiva de que isto tem uma saída que é positiva e, por outro, consolidassem esses efeitos. E não serem vistos como irreversíveis. Uma medida de corte é sempre reversível. Aquilo que se cortou hoje pode aumentar-se amanhã. Competia-nos a nós, ao Governo em particular, colo-

car esse programa numa perspectiva de mais longo prazo. Essa parte faltou – e não é tanto um problema da *troika*. A *troika* vem por um período definido. Não pode estar a propor e a exigir medidas que vão para lá disso. Nós, que estamos cá para ficar, é que precisamos de enquadrar esse numa perspectiva mais lata. **E se for preciso um segundo resgate, somos hoje muito mais capazes de desenhar um programa que se siga a este?** [risos] Se fôssemos para aí – e espero que não –, íamos ter de novo um programa com uma entidade que viria durante um período curto para conseguir resultados rápidos. Temos problemas estruturais que precisam de mais

PERFIL
MARIA TEODORA OSÓRIO PEREIRA CARDOSO

► Economista e presidente do Conselho de Finanças Públicas
► Ex-membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal

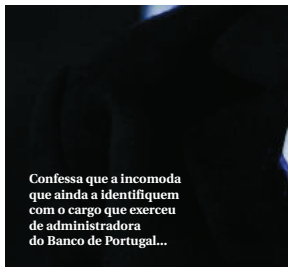
► **Licenciada em Economia pelo ISEF (atual ISEG), foi investigadora, deu aulas e chefiou, nos anos 80, o Grupo Técnico de Negociação dos acordos de estabilização com o FMI. Foi ainda consultora da administração do BPI.**



A entrevista é gravada ao final da manhã de quinta-feira no auditório da sede do Diário de Notícias, em Lisboa



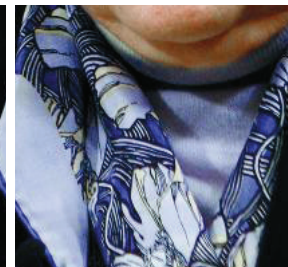
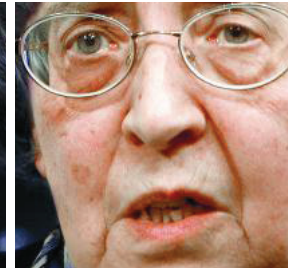
Teodora Cardoso chega rigorosamente à hora acompanhada da assessora, ex-jornalista da TSF, Cláudia Henriques



Confessa que a incomoda que ainda a identifiquem com o cargo que exerceu de administradora do Banco de Portugal...



tempo. Seria preferível que desenhássemos um programa de saída desta situação, não só no curto prazo. Esse programa poderia então ser discutido com os credores, sejam eles a *troika* ou os credores em geral. Se for credível, dar-nos-á mais possibilidades de sair da crise do que uma sucessão de programas de *troika*, que são sempre de curto prazo. **Em Portugal, já pouca gente acredita que possamos dispensar completamente a ajuda, de-**



pois de terminado este programa que está em execução. Se Portugal precisar de um programa cautelar, em poucas palavras, como é que se pode explicar isso aos portugueses? O que é um programa cautelar? Porque isso será, digamos, um fato à nossa medida, é coisa que

CAUTELAR
O programa cautelar é um dos três caminhos para o País após junho de 2014. O Governo não descarta renunciar a esse programa, em que teria o apoio dos mecanismos europeus e do BCE nas emissões de dívida.

nunca vimos, nunca existiu... Não há nenhum. Se houver um **programa cautelar**, será o primeiro, ninguém sabe exatamente o que é. É de supor que vá incluir medidas também a ser impostas ao Governo português? E que não será apenas um mero apoio finan-

ceiro para a impossibilidade de financiamento nos mercados? Não há nenhum apoio financeiro que não tenha condicionalidade. Isso não vale a pena imaginar. Essa condicionalidade pode ser mais forte ou menos forte, mas existe, e portanto o programa cautelar tê-la-á. Em minha opinião, porque esse programa não existe e nem sequer tem um modelo bem definido, devíamos ser nós a propor um programa de ajustamento. ►

FOTOS DE EDUARDO SANTOS/OLIVAL MAGENES

“Não sou adepta do repúdio da dívida”

Como olha para a dívida portuguesa? É sustentável a curto, médio, longo prazo? E para a importância que a dívida tem depois no comportamento económico do País?

A dívida é um problema sério e devíamos ter notado mais cedo, porque estava a acumular-se. Não sou adepta, de todo, de hipóteses de repúdio da dívida, porque no fundo é disso que se trata em muito do que se ouve dizer, quando se fala de reestruturação, etc. Essencialmente está-se a falar de repúdio sem querer usar a palavra. **Há poucos dias, o anterior ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, defendia que a dívida portuguesa devia ser reestruturada a 40 anos. Não é propriamente um comunista a dizer “não se paga o que devemos”.**

Não é. Vamos lá ver: o que pode acontecer – e se gerirmos bem deverá acontecer – é conseguir essa reestruturação nos mercados. Porque se os mercados ganharem confiança de que somos capazes de pagar a dívida, de que a economia é de facto capaz de crescer, de ser mais produtiva, etc., teremos condições, nos mercados, para fazer essa reestruturação.

Isso é um objetivo mas à conta dos mercados e da confiança que eles têm em nós, não à conta do auxílio de credores?

O auxílio que tivemos foi de emergência – o que, de certa maneira, torna mais complicada a reestruturação da dívida. Quando a dívida num país tem uma grande parte que é dívida oficial isso torna mais difícil a entrada dos investidores privados, porque sabem que o que é oficial tem precedência. É das tais coisas em que o curto prazo não favorece necessariamente o longo prazo. Mas era uma emergência, tinha de ser. O problema é não chegar às emergências. Mas agora, que já lá chegámos, teremos de sair dela.

Como define o ambiente à volta do Conselho das Finanças Públicas, a que a senhora preside? Tem tido a influência que esperava, ao princípio, que viesse a ter? Não faço ideia. Eu não tinha nenhuma expectativa imediata. Aliás, tendo a olhar um bocadinho mais para longe. No curto prazo, é difícil medir o efeito imediato. Se o conseguirmos ter, é so-

bretudo um efeito de reputação e de ajudar a perceber os problemas e de criar uma certa credibilidade da nossa capacidade de análise.

Para fora?
Para fora e para dentro! De ajudar as pessoas a perceber medidas diferentes. Por exemplo, há não sei quantas medidas do défice OE. Porque é que há várias medidas? Qual é a medida que efetivamente se adapta melhor a determinadas situações? Isto leva tempo a construir. Não é uma coisa imediata. Nesse sentido, considero que há algumas coisas que já se veem. Por exemplo, a primeira vez que fomos ao Parlamento estava toda a gente contra nós, o que me levou a dizer que achava bem porque se estivessem todos a favor é que ficaria preocupada.

“Se os mercados ganharem confiança de que somos capazes de pagar a dívida, de que a economia é de facto capaz de crescer, de ser mais produtiva, etc., teremos condições nos mercados para fazer essa reestruturação [da dívida]”

da, ou se houvesse alguns a favor e outros contra também ficaria preocupada. Agora já vemos partidos diferentes a usar as nossas opiniões e os nossos pareceres. Portanto, aí houve um progresso, nitidamente. Mas ainda há muito caminho a percorrer.

Para 2014, está otimista? As coisas vão correr como estão previstas ou, pelo contrário, está pessimista e acha que há ainda muitos perigos?
Há, com certeza. Há muitos riscos, mas diria, se o que estamos a falar é da previsão de crescimento do PIB, que a meta é atingível graças sobretudo à procura externa. Mesmo que a procura interna claudique um pouco mais. Mas isso não é mau para a economia portuguesa.

Estado da Nação**Teodora Cardoso**

“
Todos temos
consciência de que
a administração
pública precisa
de uma reforma em
profundidade, precisa
de reduzir custos,
de ser mais eficiente”



“
Se houver
um programa
cautelar,
será o primeiro,
ninguém sabe
exatamente
o que é”



“
Tenho a impressão de que
antes ou depois das
eleições não faz a menor
diferença. Se não houver
vontade de fazer esse
consenso, ter havido
eleições ou não ter
havido... [é o mesmo]”

**► Ser nossa a iniciativa?**

Exatamente.
E o facto de, do outro lado,
nesse caso [do plano cautelar],
só vir a estar a Europa, através
da Comissão e do Banco
Central, é melhor para nós?
Não tenho a certeza, francamente.
Isso é dizer que então o FMI
é que foi o mau da fita. Não acho
que fosse o caso, sinceramente.
Penso que são bastante parecidos
entre si. [risos] E têm obrigação
de ser, o que estão a fazer
conduz no mesmo sentido.
O que acho diferente é sermos
nós a definir o que vamos fazer.
Isso significa, em sua opinião,
que o poder político devia procurar
um consenso o mais alargado
possível, entre os partidos
do arco do poder, para uma
grande reforma? Exatamente.

Como é que isso se faz?

É preciso alargar esse consenso,
não só entre os partidos mas
também aos parceiros sociais,
porque há um conjunto de temas
que tem vindo a manifestar-se
desde há vários anos, nomeadamente
desde o final da década
de 1980, com a abertura das economias
emergentes. Nesse momento,
o mundo mudou.

E nós não...?

Nós não temos por isso [risos].
A abertura das economias emergentes
e o que aconteceu em paralelo,
que foi a liberalização dos movimentos
de capitais, uma coisa que parece muito técnica
mas que foi importantíssima,
aconteceu de 1989 para
1990/1991. A partir daí o mundo
mudou. E Portugal, já na União
Europeia, teve a possibilidade,
com a adesão à moeda única,
de beneficiar de um grande aumento
de financiamento. Nós, em vez
de fazermos o ajustamento que
era necessário para nos tornarmos
mais competitivos, éramos
particularmente vulneráveis a
esta abertura. Porque? Porque
tínhamos uma estrutura de exportações,
em geral muito baseada em
indústrias que estes países emergentes
iam agarrar e onde iam
ter uma enorme vantagem comparativa
pela simples razão de que
tinham um rendimento muito baixo
e, portanto, salários

mais baixos. Aí, assim, nem sequer
a desvalorização nos valia. A única
saída para isto era ajustarmos a economia. E o que nós
fizemos foi aproveitar o financiamento,
não para dar esta volta na estrutura
produtiva do País mas muito mais para
a virar o interior. E temos o período do
investimento público e do investimento
privado residencial e em edifícios de escritórios,
etc., por aí fora. E ficámos com a dívida.
E agora não conseguimos resolver
o problema se não houver um acordo
alargado e de médio prazo entre os partidos?
Penso que não.

Não é a sua área, mas deixe-me
perguntar-lhe: é possível conseguir
esse consenso sem antes realizar
eleições?

Tenho a impressão de que antes
ou depois das eleições não faz a
menor diferença. Se não houver
vontade de fazer esse consenso,
ter havido eleições ou não ter havido...
[é o mesmo]. Esse consenso de que
fala é necessário mesmo no caso do
programa cautelar?

Mesmo no caso do programa
cautelar? Só não será necessário se
nos pusermos na posição de que
esse programa seja algo imposto.
? Agora façam isto, cumpram.
? Aí o Governo põe-se na posição
de “estamos a fazer porque nos
mandaram” [risos]. Assim, não é preciso consenso...
Se quisermos ser proativos e sermos
nós a determinar esse programa,
esse acordo é necessário?

Exatamente. Está confiante de que
vamos ter crescimento económico,
tendo em conta aquilo que é o
Orçamento do Estado para 2014?

Essa é a grande dúvida. De facto
e até surpreendentemente, não só
no caso de Portugal mas no caso da
Europa em geral, os últimos dados
têm sido melhores do que o esperado
e Portugal tem estado a acompanhar
essa tendência. Isso é muito positivo.
Agora a questão está em qual será
o efeito das medidas orçamentais.
Algum efeito terão, o OE contará
em parte com isso. No caso das
exportações, elas beneficiam da
contração da procura

interna e estão a portar-se bem.
Como a procura externa está a crescer,
talvez seja possível haver uma
melhoria em 2014.

O perigo estará em que, eventualmente,
chumbadas algumas normas do OE,
essa compensação tenha de vir pelo lado
dos impostos? É aí que está o perigo
para o comportamento da economia
portuguesa no próximo ano?

Não necessariamente. Mesmo que
as medidas sejam aprovadas, elas vão
reduzir o rendimento disponível.
Tenderão a ter um impacto sobre o
consumo privado e sobre o investimento
privado. Portanto, há aí um efeito
restritivo.

Não existe um plano B, no Governo?
Não sei! Como já tenho dito, o
Governo tem muito mais imaginação
para esses planos do que...[pouca
esperança]. Mas se não houver, a
solução é deixar derrapar um pouco
o défice e, dessa forma, ajudar um
pouco o consumo e a procura
interna?

Admito que é possível essa
derapagem se tivermos um programa

de ajustamento a mais longo prazo.
Só argumentar que não conseguimos
porque precisamos de expandir mais
o consumo privado e a procura interna
é um mau argumento, porque o que
precisamos é de reestruturar a economia.

Se a desculpa for “o Tribunal
Constitucional não deixou passar
esta e aquela medida”, ou há uma
compensação com outras medidas
ou há uma derrapagem...

Os credores não gostam dessa
ideia de que o Tribunal Constitucional
é o culpado de que não consigamos
cumprir. Portanto, acha que exigirão
ao Governo uma outra solução?

Podem exigir outra solução. Era
bom que nos antecipássemos. Esse
ajustamento a mais longo prazo
de que fala é um ajustamento que
também necessitaria de ser assistido?

Aí, a assistência é de uma ordem
completamente diferente, porque
precisaremos sempre, para investir
e sobretudo para investir em grande
escala, de financiamento. Mas há
financiamento que é financiamento
normal

e há a assistência. A assistência é
exatamente para quando não há
alternativas rentáveis. [Interrompendo]
E também teríamos de lutar por uma
mudança de políticas na União
Europeia, porque temos um pacto
orçamental a cumprir?

Há uma boa notícia recente, que é
o pacto na Alemanha. Penso que se
for aprovado – ainda falta o SPD
fazer o referendo – há algumas
medidas que, no curto prazo, vão
dar um efeito positivo.

Não podemos contar com a
mutualização da dívida... Isso não
haverá, mas nunca teve qualquer
dúvida de que isso não existiria.

Não existiria agora ou nunca
existirá de todo? Nunca! Não é
pensável.

Não vê a Alemanha a aceitar
uma coisa dessas?

Nem a Alemanha nem país nenhum,
se quer que lhe diga. Os que dizem
que aceitam é porque sabem que a
Alemanha não aceita, sejam os
claros.

Nem uma mutualização de apenas
uma parte da dívida? Isso tinha de
ser muito bem ne-

gociado. Tinha de haver uma grande
responsabilização dos diferentes
países, porque é completamente
inimaginável que um país se endivide
e que outro vá pagar a dívida. Pensemos
em nós: se nos vierem pedir para
pagar a dívida da Grécia, o que é
que dizemos?

Nem numa parte da dívida, os
tais 60%, vê que isso fosse possível?

Seria possível se isso fosse integrado
num programa de gestão conjunta
também. Não vejo hipóteses de fazer
isso de outra maneira. Agora, o facto de
o consumo privado na Alemanha subir,
e estou convencida de que este pacto
conduzirá a isso, é bom para a economia
europeia. É uma obrigação de solidariedade
europeia que as economias mais fortes,
como a alemã e as do Centro da Europa,
tenham políticas expansionistas que
ajudem a dar um crescimento
económico aos países do Sul?

Não se pode pôr a questão tão
simplesmente porque cada país tem
os seus problemas. Se advogamos
que precisamos de olhar para o longo
prazo, não podemos dizer à Alemanha
que olhe só para o curto. E a Alemanha
tem problemas também de longo prazo,
tem um rácio de dívida alto, tem uma
população a envelhecer, tem custos
sociais muito elevados. Portanto, tem
de olhar para isso e a Alemanha olha
para si.

Mas tem um *superavit* fortíssimo,
da balança de pagamentos, tem um
serviço de dívida muito barato, com
os outros.

Tem. Mas esse serviço da dívida é
muito a fazer, sem dúvida. O macroecono-
mico não está atualmente é orçamental.
No orçamental há todo um conjunto
de coisas, desde a política fiscal, de que
já falámos, à despesa. Há que pensar
muito bem nas despesas. Esqueçemo-
nos, por exemplo, de que as pensões
iam ter uma dinâmica muito forte no
futuro. Admitimos que as pensões iam
custar mais caro porque a haver mais
gente reformada, mas que a produtividade
e o crescimento econó-

mico iam resolver o problema. Quando se viu que o crescimento
económico não era bem aquilo que se
pensava e a produtividade ainda menor,
ficámos com um enorme problema para
resolver.

Ficámos nós, os europeus, e não só
os portugueses? Não são os europeus todos,
atenção. Os países nórdicos, por exemplo,
são um exemplo muito importante
porque é costume pôr-se sempre a
questão de que as economias não conseguem
aguentar custos sociais, políticas sociais
tão fortes como aquelas que nós temos.
São pequenas economias abertas, muito
mais abertas do que Portugal, que conseguem
ter políticas sociais de pensões e de saúde,
de educação, etc., e que as financiam

sem défices orçamentais e com rácios de
dívida baixos. Portanto, isto é possível.

Mas também nesses países já se começa a discutir o sistema
de pensões e a capacidade de...

Não, não! Não se começa! Já se começou há muitos anos –
essa é que é a grande diferença! Por exemplo,
os suecos, quando tiveram a crise no início
dos anos 1990, fizeram uma importantíssima
reforma de pensões que exatamente
ajusta a variação das pensões à variação da
economia. E tem um problema, para eles
absolutamente crucial, de saber que a economia
tem de crescer em produtividade e em
emprego. Uma das razões, por exemplo,
por que esses países têm tanto emprego
feminino, que não tinham antes, foi porque
abriram muito mais para aumentar o
emprego, porque assim aumentam a capacidade
de financiar os sistemas de pensões. Mas
isto já foi há mais de uma década. Nós
deixámos isso para muito tarde. Portanto,
temos de ganhar terreno e vai ser difícil,
não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente
cortes no curto prazo.

Não são os europeus todos, atenção. Os países nórdicos, por exemplo, são um exemplo muito importante porque é costume pôr-se sempre a questão de que as economias não conseguem aguentar custos sociais, políticas sociais tão fortes como aquelas que nós temos. São pequenas economias abertas, muito mais abertas do que Portugal, que conseguem ter políticas sociais de pensões e de saúde, de educação, etc., e que as financiam

sem défices orçamentais e com rácios de dívida baixos. Portanto, isto é possível.

Mas também nesses países já se começa a discutir o sistema de pensões e a capacidade de...

Não, não! Não se começa! Já se começou há muitos anos – essa é que é a grande diferença! Por exemplo, os suecos, quando tiveram a crise no início dos anos 1990, fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

fizeram uma importantíssima reforma de pensões que exatamente ajusta a variação das pensões à variação da economia. E tem um problema, para eles absolutamente crucial, de saber que a economia tem de crescer em produtividade e em emprego. Uma das razões, por exemplo, por que esses países têm tanto emprego feminino, que não tinham antes, foi porque abriram muito mais para aumentar o emprego, porque assim aumentam a capacidade de financiar os sistemas de pensões. Mas isto já foi há mais de uma década. Nós deixámos isso para muito tarde. Portanto, temos de ganhar terreno e vai ser difícil, não tenho dúvidas, e vai implicar provavelmente cortes no curto prazo.

“Guião da reforma do Estado não é documento suficiente”

Tivemos há pouco tempo o aparecimento do guião para a reforma do Estado. O documento já mereceu algumas reflexões por parte do Conselho das Finanças Públicas, no sentido até de que era muito pouco quantificado. Não se pode dizer até mais do que isso, que é um texto muito mais político do que devia ser?

Exatamente. E não é só uma questão de quantificação, embora também seja. Para criar o tal consenso, era necessário ser muito